

Nota dos servidores sobre Pacote Mais Brasil

Os servidores públicos federais, exercendo seu dever de servir a sociedade, de fiscalizar o governo e de proteger o patrimônio público, alerta para as inconstitucionalidades e absurdos contidos no Pacote Mais Brasil, que o ministro Paulo Guedes entregou ontem ao Senado Federal. As propostas desobrigam o Estado a promover o desenvolvimento social, transferem centenas de bilhões de reais de fundos públicos para o setor privado, congela salários (incluindo o salário mínimo) e encerra serviços públicos pelo esvaziamento de pessoal.

Não se trata de uma reforma, mas de desmonte do Estado brasileiro e de substituição de res-

ponsabilidades públicas para empresas privadas que cobrarão por atendimentos hoje gratuitos. Se atualmente o serviço público está na UTI (e é necessário recordar que os investimentos públicos estão congelados há 3 anos), o antídoto que o governo oferece terminará por assassinar algo que deveria ser aprimorado e potencializado, especialmente em um país desigual como o Brasil. A crise é uma ficção fabricada para justificar a onda de privatizações e financeirizações de serviços essenciais básicos. Nosso País tem muito dinheiro em caixa, sim. São mais de R\$ 4 trilhões de reais somando as reservas do Tesouro Nacional, do

Banco Central e de contas estrangeiras.

Culpabilizados por essa crise econômica falsa, os servidores se levantam contra essas propostas e à favor da sociedade. Não se trata de uma luta corporativa da categoria, mas de defesa do patrimônio público que é de todos, não de um governo passageiro. A Condsef/Fenadsef, como representante dos trabalhadores da Administração Pública da União, repudia o pacote que deveria se chamar Menos Brasil, e promete articulação social e parlamentar contra o texto que empobrece a nação e beneficia o lucro alheio.

Fonte: Condsef/Fenadsef

ASA se preocupa com chegada do Fracking ao Maranhão

A Articulação do Seminário do Maranhão - rede de organizações da sociedade civil - se reuniu durante toda a última segunda, 04, em São Luís, com a participação de entidades de Codó, Caxias, Pastos Bons, Loreto, Timbiras, Buriti Bravo, Nova Iorque, Chapadinha, São Luís e Timon.

O objetivo era escolher as três entidades que representarão nosso estado na Assembleia Geral da AP1MC - Associação do Programa 1 Milhão de Cisternas, da ASABrasil.

Foram eleitas a ASSOLIB (Codó), Associação das Quebradeiras de Côco (Chapadinha) e o STTR de Nova Iorque.

Entretanto, a pauta incluiu outros assuntos, sendo decidido: continuar o diálogo como deputado federal Bira do Pindaré, que é

vice presidente da Frente Parlamentar pela Convivência com o Semiárido; dialogar com o senador Weverton Rocha sobre o projeto de lei de sua autoria que reconhece oficialmente o semiárido maranhense; restabelecer a parceria com o atual presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, parceiro da ASAMaranhão desde quando foi Secretário do Meio Ambiente (governos José Reinaldo e Jackson Lago), com vistas à realização de uma Audiência Pública sobre o semiárido maranhense por ocasião do 20º aniversário da ASABrasil e 18º da ASAMaranhão.

Os três parlamentares serão convidados a participar o próximo Encontro Estadual da ASAMaranhão, no primeiro trimestre do próximo ano.

Por fim, os participantes da reunião (a AMAVIDA participou da mesa de abertura e dos debates da parte da manhã) pautaram também questão da chegada ao Maranhão de empresas que querem extrair gás e óleo pelo método do fraturamento (fracking), reconhecido mundialmente como altamente danoso ao meio ambiente e destruidor das demais atividades econômicas nas áreas em que foi adotado.

Foi aprovado estabelecer uma parceria e um canal de comunicação entre a ASAMaranhão e o Instituto Arayara, coordenador da COE-SUS, coligação de organizações civis, que anima a campanha Não Fracking Brasil pelo clima, água e vida, que será convidada também a participar do próximo Encontro Estadual da ASAMaranhão.

Fonte: ASAMaranhão



PEC dificulta acesso à Justiça dos prejudicados por reforma da Previdência

Por Sergio Nobre (Presidente Nacional da CUT)

Durante a tramitação da reforma da Previdência no Senado, a base governista se comprometeu com a Casa a apresentar uma PEC Paralela para corrigir algumas das graves injustiças da proposta. A reforma da Previdência foi aprovada pelos senadores sem correções, evitando-se, assim, que a PEC retornasse à Câmara dos Deputados.

A PEC Paralela (133/2019) foi relatada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e pode ser submetida a voto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado nesta quarta-feira (6).

A proposta, porém, não resolveu os principais problemas apontados na reforma da Previdência, além de desconstitucionalizar as mudanças, o ministro Paulo Guedes quer que estados, Distrito Federal e municípios façam em seus respectivos sistemas previdenciários.

De contrabando, o relator também inseriu na PEC paralela artifício que será obstáculo aos trabalhadores e trabalhadoras que reclamarem seus direitos na Justiça.

A PEC cria o denominado incidente de prevenção de litigiosidade, possibilitando que a Procuradoria-Geral da República (PGR), o advogado-geral da União, o defensor público geral da União ou, ainda, o presidente do Conselho Federal da OAB, bem como os tribunais federais, do Trabalho, Eleitorais e Estaduais e os tribunais superiores acionem o Supremo Tribunal Federal (STF) ou o Superior Tribunal de Justiça

(STJ) para que suspendam a tramitação de todas as ações judiciais que, por exemplo, reclamem direitos relativos às reformas Trabalhista e da Previdência, vinculando-as e as subordinando às decisões adotadas

Ao tratar de “futura controvérsia”, o incidente ignora o sistema judicial e suas instâncias e atropela o direito de acesso à Justiça, ao tentar interdita-lo de cima para baixo!

Ou seja: o incidente de prevenção de litigiosidade é uma lei da mordaza das instâncias inferiores do Poder Judiciário, inserida de forma absurda em uma PEC que deveria corrigir os problemas da reforma da Previdência. Correções que o Senado, não realizou, adotando posição resignada perante as pressões do governo, dos banqueiros e da classe patronal, porque vem votando esses temas descolado da vontade popular.

Os argumentos de que os trabalhadores podem usar o incidente para defender seus direitos de forma ampla e abrangente não se sustentam, pois é sabido que a sensibilidade social das instâncias inferiores do Poder Judiciário é maior do que das superiores, dado o compromisso ou pacto explícito de membros desses poderes com as pretensões ultraliberais de Paulo Guedes, dos militares e de Bolsonaro. Os legitimados a propor tal incidente estão muito distantes da classe operária e mais próximos do capital.

A PEC carrega também outra armadilha para todos os trabalhadores, em especial aos servidores municipais e estaduais, pois possibilita que prefeitos e governadores apro-

vem, mediante simples lei ordinária, na Câmara de Vereadores ou Assembleia Legislativa projeto de lei aderindo integralmente à Reforma da Previdência já votado no Congresso Nacional.

A inovação possibilita a essas Casas Legislativas passar por cima de suas respectivas Constituições por meio de projeto de lei, pois lei ordinária não exige quorum qualificado. E pior: ao aderir à Reforma da Previdência, esses Legislativos estarão se submetendo a todas as medidas posteriores relativas a ela.

A PEC paralela faz uma chacina: mata as possibilidades de resistência à Reforma da Previdência no Senado, cria obstáculo ao acesso à Justiça e desconstitucionaliza as reformas previdenciárias que deveriam ser discutidas nos poderes legislativos de Estados, Distrito Federal e municípios.

O movimento sindical e a sociedade brasileira não podem assistir passivamente essa manobra espúria que poderá ir a voto na CCJ pela manhã e aprovada no Plenário já na tarde desta quarta-feira.

Essa proposta é mais um ataque aos direitos da classe trabalhadora e de toda a população brasileira perpetrado pelo governo de Bolsonaro e de Paulo Guedes, dupla que impõe um desmonte, sem precedentes, do Estado de bem-estar social brasileiro. Não podemos permitir mais esse retrocesso.

Fonte: www.cut.org.br